



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 140 NÚMERO 3069 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
AGOSTO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Tiago Mota Saraiva

É crítico das políticas de habitação das últimas décadas e apresenta-se como defensor de novas formas de resistência para fazer frente ao poder das imobiliárias e dos grandes grupos financeiros. O arquiteto Tiago Mota Saraiva acredita na força da organização popular e do cooperativismo. **págs. 8 e 9**



TRABALHO

Avanços e bloqueios marcam legislatura

A dois meses das eleições legislativas, o balanço dos últimos quatro anos ocupa já parte da pré-campanha eleitoral. Depois de uma legislatura em que o governo anterior impôs a retirada generalizada de direitos,

a atual aritmética parlamentar e a pressão social dos trabalhadores e das populações potenciaram avanços que, apesar de insuficientes, mostram que é preciso mais força para apostar numa alternativa. **págs. 6 e 7**



PS promete agora o que já chumbou

O programa eleitoral do PS inclui várias propostas idênticas a outras que os partidos à sua esquerda apresentaram durante a legislatura mas que os socialistas chumbaram. Do IRS às creches, o PS negou aquilo que agora promete na campanha eleitoral para as eleições legislativas que se vão realizar a 6 de outubro. **pág. 13**



AR aprova metro até Loures

O PS foi o único partido a abster-se na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, no estudo da expansão do metro até Loures que recomendava também a suspensão da linha circular. No documento, recomenda-se a realização dos estudos técnicos e económicos necessários com vista à sua "expansão prioritária para o concelho de Loures". **pág. 11**



A VOZ DO OPERÁRIO O jornal agora online

O jornal *A Voz do Operário* passa a estar disponível na internet, chegando assim muito mais longe. **vozoperario.pt/jornal última página**



Centenas de refugiados morrem afogados

Desde 2016, 15 mil pessoas morreram afogadas no Mediterrâneo. Desde que a UE pôs em marcha a operação militar "Tritão", para desencorajar a entrada de refugiados, o número de mortos no Mediterrâneo aumentou 1600%, enquanto crescem os campos de detenção financiados por Bruxelas em países como a Líbia e a Turquia. **pág. 14**

Tempo de férias, atividade e novo ano letivo

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Mesmo em tempo de férias, a nossa atividade prossegue, importando fazer um pequeno balanço do trabalho até aqui desenvolvido, bem como do que se projeta para os próximos meses, designadamente o novo ano letivo.

Como sempre acontece, a comemoração do aniversário constituiu um marco importante da atividade no primeiro semestre.

A Voz do Operário celebrou 136 anos, tendo realizado um conjunto de iniciativas alusivas, com realce para o jantar e sessão solene, em que homenageámos Carlos Alberto Vidal e onde o Presidente da República anunciou que A Voz do Operário seria agraciada como Membro Honorário da Ordem da Liberdade.

Esta condecoração, atribuída no âmbito da comemoração do 45.º aniversário do 25 de Abril, constitui uma grande honra para A Voz do Operário, enchendo de orgulho todos os que ao longo da sua riquíssima história pugnam pela dignificação dos trabalhadores e reconhecendo o grande património de resistência e luta em prol da liberdade, por uma sociedade mais justa e de progresso.

Registou-se mais uma vez, uma intensa atividade associativa, com a mobilização de centenas de voluntários, sócios e amigos d'A Voz do Operário, em torno da preparação das festas populares, em que os desfiles da marcha infantil e os arraiais do "Beco de Lisboa" foram de novo coroados de grande êxito.

"A marcha é uma fantasia" foi o tema deste ano da nossa marcha infantil, que foi convidada a participar em diversos eventos, com atuações sempre brilhantes, designadamente nos desfiles do Pavilhão e da Avenida da Liberdade, de novo com uma alegria contagiante, espalhando ternura e encanto, enchendo de orgulho todos os envolvidos neste magnífico trabalho, que ano após ano vai sendo recriado.

O nosso arraial, que é já considerado um ex-libris, ficando sempre muito bem classificados entre os arraiais de Lisboa (várias vezes em 1.º lugar), registou de novo grandes encontros, com muitos visitantes lisboetas, mas também provenientes de outras paragens, incluindo muitos estrangeiros, que assim levaram um pouco do perfume desta Lisboa popular.

Apesar do período de férias, prosseguiram as nossas atividades, designadamente a ida organizada de várias centenas crianças e jovens à praia e os serviços de alimentação e apoio que prestamos a Juntas de Freguesia de Lisboa.

Prosseguem as comemorações do 140.º aniversário do jornal, tendo como objetivo potenciar e incrementar a divulgação deste tão relevante projeto editorial. Das iniciativas já realizadas salientam-se as edições comemorativas, o debate sob o tema "Independência ao serviço de quem?" a criação de um site próprio, já ativo, que constitui mais um importante meio de divulgação do Jornal, permitindo incluir notícias com maior periodicidade e consequentemente com melhor acuidade, para além da maior facilidade na partilha da informação.

Dentre as ações previstas, destacamos a realização em outubro de uma Conferência e de um jantar comemorativo, bem como a realização de uma exposição e feitura de murais.

Em 10 de novembro, teremos a 3.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário, dando assim continuidade ao grande êxito obtido com a realização das 1.ª e 2.ª Galas.

Continuamos a preparar o novo ano letivo, tendo as inscrições para todos os níveis: creche, pré-escolar, 1.º ciclo e 2.º ciclo, registado um grande volume, havendo várias valências esgotadas e com lista de espera.

Mesmo assim ainda restam umas tantas vagas, pelo que todos os sócios e amigos que tenham crianças em condições de frequentar os nossos equipamentos, devem contactar os serviços para averiguar da possibilidade da sua matrícula n'A Voz do Operário.

As nossas crianças beneficiam da qualidade e inovação do ensino ministrado pel'A Voz do Operário, assente no Movimento da Escola Moderna (MEM), cujo princípio pedagógico visa aprofundar a participação cívica ativa, promovendo o interesse pelo conhecimento e pelo espírito crítico, o respeito pela diferença através da inclusão e a qualidade de vida no seio da comunidade escolar.

Em todos os níveis de ensino, existirão visitas de estudo regulares, na sua maioria articuladas com o trabalho e as aprendizagens desenvolvidas na sala de aula.

Após mais um ano de muito trabalho, cá estão as férias, bem merecidas por todos e que espero sejam suficientemente retemperadoras.

EDITORIAL

Agosto com cheiro a outubro

Este jornal lança, a partir desta edição, a sua página digital com o objetivo de levar mais longe *A Voz do Operário*. É um passo importante que representa um esforço no caminho de produzir mais e melhores conteúdos utilizando todas as ferramentas disponíveis para divulgar o mais antigo jornal operário do país. Contribuir para o crescimento do jornalismo independente dos grandes grupos económicos e financeiros e alinhado com os interesses e aspirações da maioria da população é um dever democrático em tempos cada vez mais sombrios.

À medida que nos aproximamos de outubro vai ficando cada vez mais claro que há quem queira fazer da pré-campanha eleitoral um vazio de propostas políticas. Não é novidade mas as eleições legislativas parecem, outra vez, condenadas pela imprensa a ser mais uma corrida de candidatos a primeiro-ministro do que um plebiscito que serve para eleger deputados à Assembleia da República. Percebe-se o truque. Importa fazer das eleições um circo novelesco que não permita o balanço do que fez cada partido no parlamento e que gire, sobretudo, em redor da habitual fulanização da política. Mais do que líderes ou heróis providenciais, precisamos que as escolhas dos eleitores assentem naquilo que são os programas eleitorais e na prática de cada opção eleitoral.

As políticas de habitação ganham destaque nos nossos dias depois da hecatombe imobiliária provocada pela lei das rendas que o PSD e o CDS-PP impuseram e que o PS se recusa a revogar. A aprovação da lei de bases da habitação é importante para fazer face à febre especulativa que se vive em muitas cidades do país mas só se a regulamentação já na próxima legislatura enfrentar decisivamente o problema.

Outubro é também uma oportunidade para os eleitores decidirem se querem apostar num modelo de país com uma legislação laboral que promova a justiça social ou no atual cenário de graves desequilíbrios onde os salários continuam na cauda da Europa. Os avanços dos últimos quatro anos são importantes mas não chegam. Mais do que paliativos, é preciso escolher o futuro.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



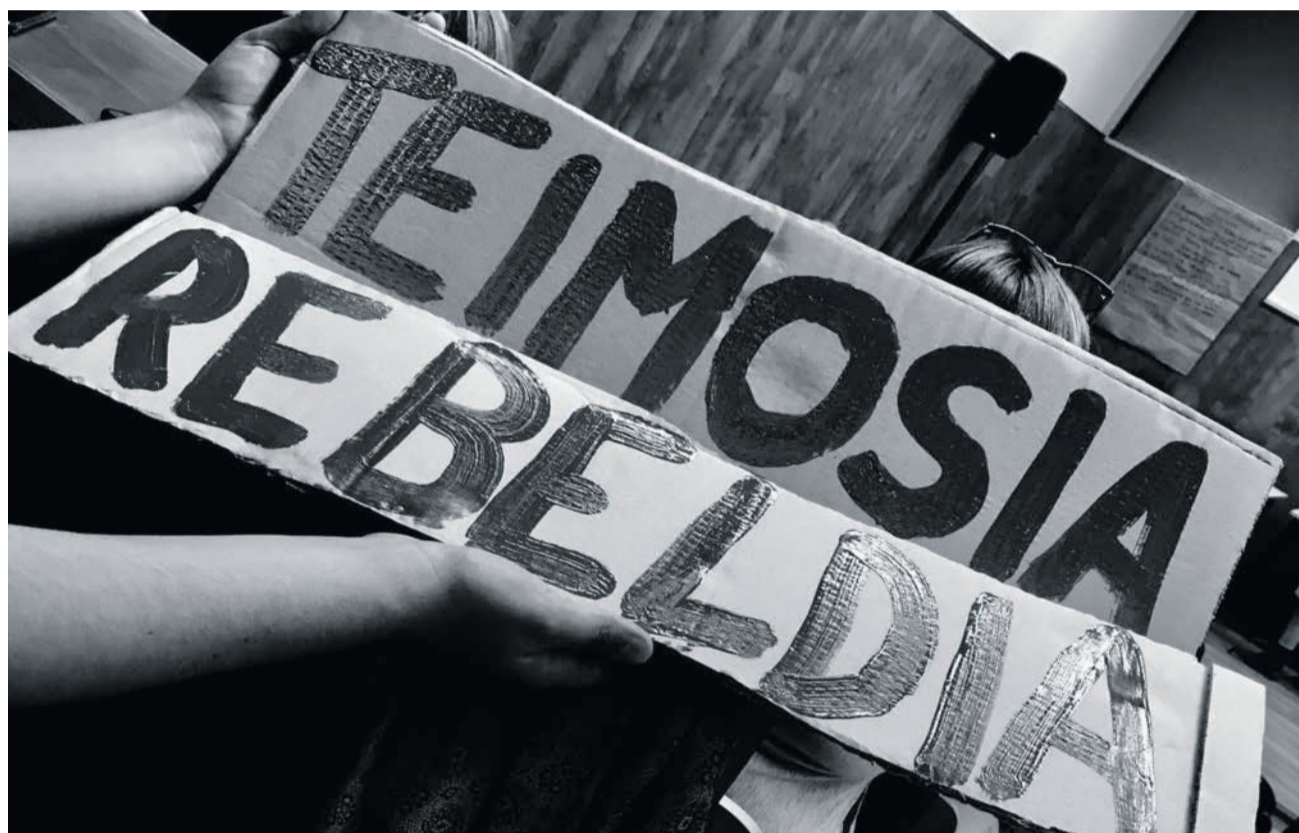
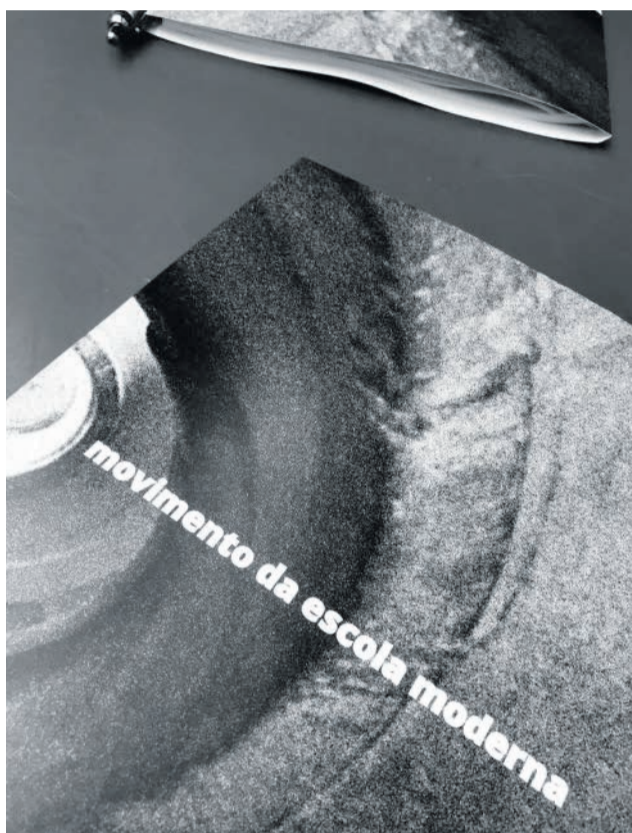
Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



ENSINO

A Voz do Operário no 41.º Congresso do MEM



Congresso teve lugar nos dias 18, 19 e 20 de julho, em Lisboa

Tatiana Ferreirim, Psicóloga
Cláudia Azevedo Pereira, Professora do 1º Ciclo

O ano letivo terminou mas, para os profissionais das escolas d'A Voz do Operário, ainda há muito a fazer antes de se ir de férias.

Julho foi um mês de balanços e reflexão mas também um mês em que se começou a preparar o ano letivo que não tarda está a começar. Pensámos soluções para as nossas necessidades enquanto comunidade escolar, organizámo-nos e preparámo-nos pois, em setembro, quando o novo ano arrancar e tivermos grupos novos, novas pessoas: colegas, crianças e famílias, o tempo para refletir mais profundamente sobre aquilo que somos enquanto escola será votado aos laços novos que se constroem e ao fortalecimento daqueles que já existiram em anos anteriores. É então, a altura para pensarmos como prosseguimos no nosso projeto pedagógico e que escola queremos ser.

Foi por isso que, como é hábito, nos dias 18, 19 e 20 do mês de julho, muitos dos profissionais da educação dos espaços educativos d'A Voz do Operário se juntaram às centenas de outros profissionais, vindos de todo o país, naquele que foi o 41º congresso do Movimento da Escola Moderna (MEM), para ouvir, partilhar e refletir sobre as práticas pedagógicas no seio do MEM.

Não deixamos de destacar que foi com agrado que este ano notámos uma maior afluência de profissionais da educação, caras novas, que vinham à descoberta de uma outra forma de trabalhar e que espelhavam o brilho nos olhos de quem descobriu algo maior por descobrir, que rompe com maioria do dia-a-dia nas escolas e jardins-de-infância, esse dia-a-dia que se dedica a

cultivar capacidades e habilidades e a fornecer um conhecimento de factos e teorias centrados no detentor do conhecimento: o Professor. Mas, nestes três dias, os colegas puderam ver e ouvir falar da forma como “o Modelo” se constrói em constante partilha e reflexão, apoiando-se numa conceção de criança enquanto ser participante e ativo nos processos de planeamento e avaliação, de forma cooperada e negociada com os educadores/professores que partilham, desta maneira, as responsabilidades educativas com as crianças através do diálogo e de práticas sociais num espaço de comunidade, construindo conhecimento, edificando valores e acrescentando sentidos aos recursos de aprender.

Este ano, em grande grupo, pudemos refletir através das palavras de Jorge Ramos do Ó, na Conferência “Uma travessia do Pensamento sobre a Escrita” sobre a importância da escrita enquanto promotor da reflexão e da consciência crítica. Por sua vez, nas sessões plenárias, os temas foram diversos. Na sexta-feira, em “Educação, Sustentabilidade e Economia Circular”, Assunção Folque, Conceição Canivete e Samuel Niza partilharam com a audiência ideias e projetos de sustentabilidade na educação, levando-nos a pensar sobre este tema tão na moda e tão pertinente mas que ainda não ganhou o espaço merecido e necessário no dia-a-dia das escolas. Pensar o papel da escola na educação para a sustentabilidade e para o consumo ponderado torna-se urgente nos nossos dias pois esta é uma realidade que é vivida fora das portas da escola.

Por sua vez, no sábado, Helena Gil, Susana Barbosa e a nossa Helena Galvão, uma das professoras de matemática e ciências do 2.º ciclo d'A Voz do Operário, levaram-nos em “Educação matemática: a construção

conjunta das aprendizagens” à reflexão sobre a construção do conhecimento matemático e sobre como a matemática se encontra como parte, mas também solução, para as situações problemáticas e na organização do dia-a-dia no contexto pedagógico do MEM.

E como um dos princípios pedagógicos do movimento da escola moderna assenta na comunicação e partilha das nossas inquietações pedagógicas, da vivência do grupo e dos processos que cada um tem vindo a fazer ao longo do seu percurso profissional, as nossas educadoras e professoras fizeram questão de partilhar com a restante comunidade o trabalho desenvolvido ao longo do ano.

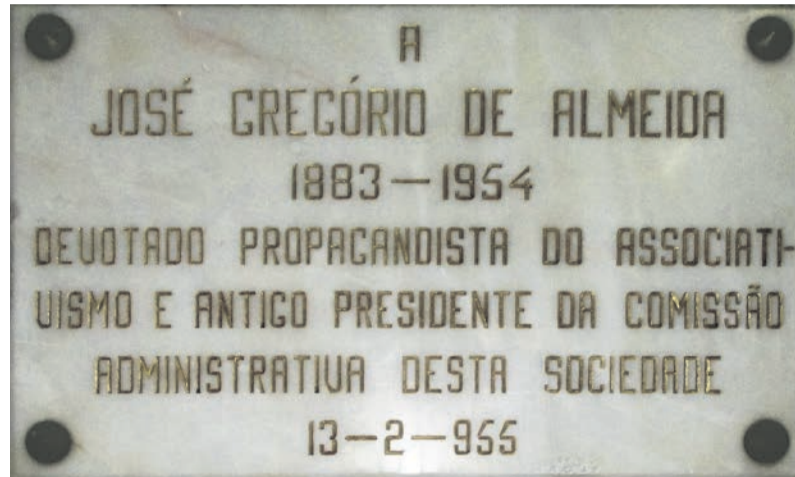
No total, as educadoras e professoras d'A Voz do Operário fizeram, a título individual ou com os seus grupos cooperativos, mais de cinco comunicações e participaram na exposição com os projetos e outros produtos resultantes do trabalho realizado durante o ano letivo e que transpareciam as suas práticas desde o pré-escolar até ao 2º ciclo.

Foram dias longos e cansativos em que se juntaram os profissionais que dão vida a este modelo. Profissionais reflexivos, agentes que promovem a reflexão, o questionamento e avançam em conjunto num processo contínuo de autodescoberta e de crescimento, dentro e fora das suas salas com as crianças e com os colegas, dando assim o seu contributo para a construção de uma sociedade equitativa e democrática. Por este ano terminou ou, como alguém dizia por lá: “agora é que já está a começar”, pois levamos para as férias as inquietações pedagógicas que nos fazem mover. Levamos também a certeza de que para o ano, dessa vez em Leiria, lá estaremos novamente.

José Gregório de Almeida e Amílcar Costa: sindicalistas caixeiros n'A Voz do Operário



José Gregório de Almeida



Placa evocativa na Voz do Operário



Amílcar Costa

Luís Carvalho, investigador

Entre 1938 e 1940, o director e o chefe de redação d'A Voz do Operário foram respectivamente José Gregório de Almeida e Amílcar Costa, dois dos mais destacados sindicalistas portugueses no período da 1ª República, no sector dos empregados no comércio.

Estiveram na linha da frente de uma geração que lutou e abriu caminho para direitos fundamentais como a folga semanal ou o limite de horas de trabalho diárias. Mas cuja memória em grande medida acabou por se perder sob o peso de quase meio século de censura e repressão dum ditadura de cariz fascista. É uma história que ainda hoje continua muito mal conhecida, uma lacuna que a historiografia está ainda longe de colmatar. Mas que faz parte da história d'A Voz do Operário, pelo contributo que eles deram para a vida deste jornal e pelo espaço que aqui tiveram para se manterem organizados e activos.

Um sindicato republicano

José Gregório de Almeida era alentejano e poeta. Nasceu em 1883, no concelho de Montemor-o-Novo. E foi

na sua terra, ainda no tempo da monarquia, que se tornou activista, na propaganda republicana e nas primeiras comemorações locais do Dia do Trabalhador, o 1º de Maio. Veio depois viver para Lisboa e em 1907 já era vice-presidente do sindicato (na altura dizia-se Associação de Classe) dos Caixeiros de Lisboa.

Nascido na capital em 1890, Amílcar Costa era mais jovem. Mas aderiu a esse sindicato também ainda no tempo da monarquia, em 1908. Era um sindicato claramente conotado com a causa republicana, embora cioso da sua agenda própria, centrada nos problemas laborais.

Descanso semanal e horário de trabalho

À implantação da República em 1910 seguiu-se uma fase de luta e conquista de direitos fundamentais para os trabalhadores do comércio em Portugal: um dia de descanso semanal em 1911; a redução do horário de trabalho, primeiro para 10 horas diárias (e 60 semanais) em 1915, depois para 8 horas diárias (48 semanais) em 1919. Mas depois veio uma fase defensiva, em que a participação e organização de trabalhadores diminuiu e com ela baixou a força para defender a concretização desses direitos,

que na prática acabaram sendo muito torpedeados.

Em 1913 José Gregório de Almeida foi fundador e primeiro secretário-geral da Federação Portuguesa de Empregados no Comércio, até 1915. Amílcar Costa desempenhou essa tarefa entre 1917 e 1919. Depois empenharam-se noutras actividades. Almeida veio a ser presidente e deputado do antigo Partido Socialista Português, além de vereador na Câmara Municipal de Lisboa. Costa também aderiu a esse partido mas dedicou-se sobretudo a associações de cariz social. Em 1929 foi um dos principais fundadores da associação Inválidos do Comércio, e depois seu secretário-geral até se aposentar, em 1959.

Ditadura

Em 1925 José Gregório de Almeida regressou às lides sindicais e ao cargo de secretário-geral da Federação Portuguesa de Empregados no Comércio. Foi nesse ano delegado ao último congresso da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Procurou defender a unidade do movimento sindical então dilacerado por uma rivalidade entre facções. Em 1926 foi também eleito pela primeira vez como presidente da direcção d'A Voz do Operário. Um dia depois dessa eleição deu-se o golpe que instaurou a ditadura militar. José Gregório de Almeida voltou assim a estar na linha da frente, nessa situação defensiva e difícil. A CGT foi dissolvida em 1927 e depois os sindicatos livres em 1933.

Preso político

Amílcar Costa foi duas vezes preso político, em 1918 e em 1942. A primeira vez aconteceu sob o regime de Sidónio Pais, e o pretexto foi estar a dirigir uma greve. Na segunda vez, sob a ditadura de Salazar, aconteceu por suspeita de estar envolvido em propaganda subversiva. Mas não se deixou intimidar. E em 1945 deu a cara pela oposição à ditadura como dirigente local do Movimento de Unidade Democrática (MUD).

Quanto a José Gregório de Almeida, o último artigo que publicou antes de falecer foi no jornal conotado com a oposição à ditadura no distrito de Évora, o *Democracia do Sul*, que ele havia ajudado a fundar 50 anos antes. Embora limitado pela censura, despediu-se reafirmando os seus ideais de democracia e de justiça social.

José Gregório de Almeida e Amílcar Costa faleceram, respectivamente, em 1954 e 1960. Ambos foram sepultados envoltos na bandeira d'A Voz do Operário. Já não chegaram a ver o fim da ditadura. Mas contribuíram para que este jornal sobrevivesse.

E são exemplo do importante contributo dado por outros antigos sindicalistas caixeiros que durante a ditadura aqui tiveram um espaço para continuarem organizados e activos. Nomes como António Ramos Sérgio, falecido em 1945; José Antunes, director deste jornal em 1946 e depois novamente entre 1956 e 58; Eduardo Relvas, que colaborou durante décadas até à última edição publicada antes de falecer, já depois do 25 de Abril; além de outros que tiveram uma colaboração pontual, como Rui Forsado e José Ferreira Tomé.



DE NORTE

A SAGRES

Seja responsável. Beba com moderação.

SAGRES
NINGUÉM NOS PARA

TRABALHO



Avanços e bloqueios marcam legislatura

Quatro anos depois das últimas eleições legislativas, importa fazer um breve balanço das extraordinárias circunstâncias que permitiram a recuperação de direitos, mas que em muitos casos foram insuficientes e fizeram da Assembleia da República o palco da tensa corda que andou para a esquerda e para a direita, ao sabor da força de quem a puxava em cada momento. Nas ruas e locais de trabalho, os trabalhadores e as populações, com os sindicatos e outras organizações, partiram à conquista de direitos aproveitando as limitações de um PS que fugiu para a direita sempre que teve maioria absoluta.

Bruno Amaral de Carvalho

Em circunstâncias normais, 4 de outubro de 2015 podia ter ficado para a história como o dia da defunção política de António Costa. Depois de quatro anos de uma política de terra queimada encabeçada pela coligação entre o PSD e o CDS-PP, o PS não conseguiu capitalizar quatro anos de resistência dos trabalhadores e das populações contra as orientações impostas pela troika.

Nessa legislatura, depois ter assinado com Passos Coelho e Paulo Portas

o memorando com o Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu, o PS viveu na sombra da oposição que acabou liderada pelo PCP na Assembleia da República e pela CGTP nas ruas. Com o resultado eleitoral a dar uma queda de 50% para 36% à aliança entre o PSD e o CDS-PP, os 4% de subida do PS souberam a pouco e não chegaram sequer para liderar a tabela dos votos.

Fruto do contexto político e social, o quadro saído das eleições legislativas mostrava que os eleitores tinham apostado num crescimento à esquerda e o

PS foi obrigado a aceitar uma solução inédita, sugerida pelo PCP, que podia implicar não governar à direita como tinha feito até então. Os entendimentos entre os quatro partidos - BE, PCP, PEV e PAN - que foram assinados de forma separada com o PS, revelavam, sobretudo, o objetivo de recuperar direitos retirados durante os quatro anos anteriores.

Fim dos cortes

Entre as importantes medidas tomadas que permitiram aos trabalhado-

res recuperar rendimentos, está a reversão dos cortes salariais na função pública que tinham sido aplicados em janeiro de 2011. Apesar da exigência do fim imediato dos cortes, por parte do PCP, o PS decidiu prosseguir uma linha de devolução gradual e, só em 2017, os trabalhadores do Estado voltaram a receber os salários, os subsídios de férias e Natal e as pensões por inteiro. Porém, apesar da reversão dos cortes impostos pela troika, continua a não haver atualizações salariais na administração pública desde 2009 por opção do PS, PSD e CDS-PP.

Em 2016, a lei que repôs os quatro feriados - dois civis e dois religiosos - foi publicada, finalmente, como reivindicavam os partidos à esquerda do PS e a CGTP. Passaram novamente a ser feriados obrigatórios o Corpo de Deus (feriado móvel), a Implantação da República (5 de outubro), o dia de todos-os-santos (1 de novembro) e a Restauração da Independência (1 de dezembro).

Dois anos depois, em 2018, foi a vez dos deputados do BE, PCP, e PS aprovarem o fim do corte de 10% no subsídio de desemprego. Esta redução já tinha sido eliminada para os desempregados que recebem uma prestação de valor inferior a um Indexante de Apoios Sociais, ou seja, abaixo de 421,32 euros.

Aumento do salário mínimo

O aumento salarial em 2009 para os funcionários públicos foi de 2,9%, o maior das últimas décadas. Desde então, os salários mantiveram-se congelados e foram ainda afetados pelos cortes durante o governo PSD/CDS-PP. Hoje, por opção do PS, que chumbou propostas que propunham aumentos salariais, o congelamento mantém-se.

Ainda assim, a luta dos trabalhadores e a pressão dos partidos à esquerda do PS permitiram avanços no salário mínimo nacional. A CGTP exigiu sempre mais do que aquilo que o governo queria ceder mas o partido liderado por Catarina Martins optou por impor condições consideradas recuadas e o salário mínimo acabou por aumentar apenas até aos 600 euros, obedecendo ao reivindicado na posição conjunta assinada entre o PS e o BE, quando os comunistas exigiam mais 50 euros.

Entre 2015 e 2019, o salário mínimo nacional subiu de 505 para 600 euros, melhorando em 14% o poder de compra dos trabalhadores em causa. Mas com os salários gerais estagnados, a atualização fez aumentar a proporção dos trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo (de 13,2% em 2014 para 25,7% em 2017).

A história volta a repetir-se em ambiente pré-eleitoral, com o BE a exigir 650 euros de salário mínimo em janeiro do próximo ano e o PCP a convergir com a CGTP na reivindicação de 850 euros.

Carga horária

Outra das polémicas medidas que o governo liderado por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas tomaram foi o aumento da carga horária semanal de trabalho de 35 para 40 horas na função pública. Para além dos cortes nos salários, isso permitiu ao Estado desvalorizar ainda mais os rendimentos dos trabalhadores da administração pública. Em 2016, a Assembleia da República



Trabalhadores levaram a cabo intensas ações de luta ao longo da legislatura

aprovava, finalmente, o regresso às 35 horas. De fora ficava com a exigência do PCP da inclusão também dos trabalhadores do privado. Ainda assim, o governo dificultou a implementação da medida em diferentes setores como o da Saúde, espelotando a luta destes profissionais. No mês passado, a Frente Comum exigiu ainda a efetivação do horário de 35 horas para todos, com a dirigente Ana Avoila a sustentar que são cada vez mais as situações de serviços em que este horário não está a ser cumprido “por falta de pessoas”. Já no privado, ficou tudo como estava. Portugal continua a ser um dos países da Europa onde mais horas se trabalha.

Precariedade

À esquerda, BE e PCP incluíram o combate aos falsos recibos verdes nos acordos que assinaram com o PS. Este tipo de vínculo é hoje em dia um dos principais meios pelos quais as empresas e o Estado estendem a precariedade a todas as esferas do trabalho. Foi precisamente um governo liderado por Mário Soares que aprovou a lei dos contratos a prazo que facilitava os despedimentos coletivos e que criou os recibos verdes. Fruto do novo contexto político, com o PS em minoria, a depender dos partidos à sua esquerda, foi criado o Programa de Regula-

rização Extraordinária dos vínculos precários do Estado (PREVPAP). A sua implementação foi uma batalha inacabada que, apesar das muitas resistências do governo, permitiu reduzir a precariedade em muitos setores dos serviços públicos.

Em sentido inverso, a recente alteração à legislação laboral que permite alargar o período experimental a troco de multa aprovada na especialidade por PS, BE, PAN, PSD e CDS-PP, com o voto contra do PCP e do PEV, representará, segundo os sindicatos, um retrocesso.

Reformas e pensões

No que toca às reformas e pensões, os partidos à esquerda do PS permitiram avanços que também neste caso só não foram mais longe pela resistência do governo. Um desses casos foi a valorização das longas carreiras contributivas. A Assembleia da República aprovou o acesso à reforma antecipada sem penalizações para as carreiras contributivas de quem tenha mais de 48 anos de descontos ou tenha 46 anos de descontos e começado a trabalhar até aos 15 anos. Neste caso, a proposta do PCP de acesso à reforma por inteiro sem penalizações para os trabalhadores com 40 anos de descontos foi recusada.

Também neste contexto, os traba-

lhadores das pedreiras e das lavarias das minas conseguiram melhores condições de acesso à reforma antecipada com o reconhecimento da Assembleia da República dos riscos que comportam estas profissões.

Trabalho noturno

O poder da troika era tal quando chegou a Portugal que as noites ficaram mais pequenas. O governo liderado por Pedro Passos Coelho aprovou as recomendações do FMI, da UE e do BCE e o trabalho noturno passou a ser contado apenas entre a meia noite e as cinco da manhã. Tudo é uma questão de dinheiro e as empresas em Portugal sabem que empregam mais de um milhão de trabalhadores que desempenham funções depois das 20 horas, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Para reverter a situação, o PCP propôs que o ponteiro do trabalho noturno começasse às oito da noite e o BE sugeriu que fosse duas horas depois, às dez. Esta iniciativa teria grande impacto sobre os salários de quem trabalha, uma vez que o trabalho noturno é pago com um acréscimo de 25%. PS, PSD e CDS-PP decidiram chumbar as duas propostas, como chumbaram também o aumento do número de dias de férias de 22 para 25, como era no período pré-troika.

TIAGO MOTA SARAIVA

“A habitação é o reflexo da luta de classes”

A liberalização do mercado de habitação em Portugal através da lei das rendas, implementada pelo governo anterior, reventou em pleno processo de turistificação de Lisboa e outras cidades. Tiago Mota Saraiva, arquiteto, é um duro crítico das opções tomadas nas últimas décadas no que diz respeito à política de habitação e apresenta-se como defensor de novas formas de resistência para fazer frente ao poder das imobiliárias e dos grandes grupos financeiros. Acredita na força da organização popular e do cooperativismo. O arquiteto é precisamente cooperante do “Trabalhar com os 99%”, co-fundador do ateliermob, e é membro da Sou Largo, associação cultural.



©FG+SG

Tiago Mota Saraiva, arquitecto e urbanista

Bruno Amaral de Carvalho

O que significou este quadro legislativo, muito particular, para a habitação, em Portugal? Permitiu avanços ou foi insuficiente?

Estes últimos quatro anos, tiveram uma questão que eu acho que foi importante. Perceber-se que era inevitável uma alteração drástica de políticas e uma política pública no sentido da construção pública. Ou seja, incentivar a reabilitação pública do património público. Isso alterou-se e foram os primeiros quatro anos em que se começou a ver produção de legislação nesse sentido.

Isso acontece como reação às políticas do governo anterior?

Sim porque a bomba da lei das rendas estalou neste governo. Todas as medidas que se colocam relativamente à habitação demoram algum tempo a chegar ao terreno. Foi o caso. Portanto, houve uma necessidade de resposta tremenda. Daí haver um quadro legislativo em que os municípios ainda têm dificuldade de perceber o que é que está em cima da mesa. Ainda é difícil de mensurar os seus resultados, até porque as próprias políticas estão cá fora, mas é a sua prática que vai ditar o que elas vão ser de facto. Mas são grandes avanços. A lei de bases da habitação é um avanço significativo. É um direito conquistado

durante o 25 de Abril que estava atrasado em termos de regulamentação.

Que efeitos práticos é que esta lei terá?

Os efeitos práticos da lei de bases ainda estão por disputar. Ou seja, há muita coisa que tem que ser clarificada. A regulamentação vai ser muito importante. Há coisas que são significativas. Por exemplo, com a lei de bases da habitação um município já não pode fazer um processo de realojamento lidando individualmente com as pessoas. Tem de lidar com a associação de moradores. É obrigatório, havendo uma associação de moradores constituída, que essa associação tome parte. Como é que vai tomar parte, como é que vai ser se se

der um parecer desfavorável, o que é que vai acontecer, isso ainda está tudo por saber. A habitação é o reflexo da luta de classes. É onde está neste momento a luta de classes mais efervescente.

Até porque no salário o gasto com a habitação é o que pesa mais.

É a lógica de teres de comprar a tua casa e para isso 90% dos trabalhadores que não tinham condições para comprar casa tiveram de se endividar à banca que conseguiu assim garantir um imposto sobre o rendimento. Imposto que podia ir aumentando ou diminuindo conforme as decisões do BCE.

Um imposto perpétuo...

Sim. Eu tenho um crédito até aos 80 anos. Portanto, esta história da habitação ainda está por contar. Neste momento acho que é uma das áreas onde importa disputar mais, onde está mais clara a luta de classes. As pessoas estão muito mais abertas à radicalização das políticas de habitação do que os governantes pensam.

“Eu tenho um crédito até aos 80 anos. [...] Neste momento acho que é uma das áreas onde importa disputar mais, onde está mais clara a luta de classes. Neste momento as pessoas estão muito mais abertas à radicalização das políticas de habitação do que os governantes pensam.”

Que ferramentas aprovadas ao nível da autarquia de Lisboa destaca? Tiveram algum impacto?

Lisboa, Porto e Algarve levaram com um furacão em cima, os alojamentos locais, turistificação... Toda uma pressão brutal em que os próprios municípios não têm capacidade de resposta. Na realidade, os municípios só têm um papel de paliativo, podem dar aspirinas mas não têm a cura. Um município deve ser ator neste processo da construção de habitação nova, é quem sabe mais da realidade do seu território, mas por outro lado um município que decreta que vai acabar com os problemas de habitação no concelho imediatamente é um absorvedor de problemas, porque imediatamente começa a absorver as pessoas que não têm casa e vivem em condições indignas noutros municípios.

Portanto, tem que ser uma solução global.

Exactamente. Há políticas estruturais de território que têm de ser estabelecidas.

Há falta de vontade política para tratar da questão da gentrificação ou é, de facto, um compromisso que essas forças têm com as imobiliárias?

Acho que há uma questão que se sente na Assembleia da República. A proposta de lei de bases do PS

que dá entrada com a chamada lei de bases da Helena Roseta é muito mais avançada que a lei de bases final. O próprio PS foi retirando componentes importantes que lá estavam. Por outro lado, neste momento as grandes estruturas de capital em Portugal estão a operar com o imobiliário e isso faz com que seja grande a capacidade que têm de produzir estudos a dizer a quadros dirigentes da administração pública que é um caos se fizerem uma pequena alteração ao que seja.

Os grandes escritórios de advogados, que fazem as grandes operações financeiras em Lisboa e no Porto, estão neste momento, a dizer que tudo que mexe com a habitação é inconstitucional muito mais que as imobiliárias, que estão mais ou menos paradas...

As pessoas estão muito mais disponíveis para fazerem da municipalização de fogos. Por exemplo, uma das questões que eu achava fundamental estar na lei de bases e que não passou, tinha a ver com os direitos de preferência dos municípios poderem ser feitos a partir do valor patrimonial e não pelo valor de mercado. Se os municípios vão exercer o direito de preferência pelo valor de mercado vão estar a trabalhar para a bolha especulativa.

Claro, pode surgir o argumento de que o proprietário precisa daquele dinheiro, que é um ativo quer vender e que vem o Estado e compra por metade do valor. Mas podemos até aceitar que o valor patrimonial de um edifício que não tenha sido vendido nos últimos dez anos possa continuar a ser avaliado pelo valor de mercado. Contudo, um edifício como os da Fidelidade, por exemplo, que foram vendidos e já estão outra vez à venda, está a alimentar a bolha especulativa. Ou seja, não se está a acrescentar nada ao edifício. Então, o Estado deve poder comprar pelo seu valor patrimonial.

Ainda temos vários instrumentos por explorar que neste momento estão a ser usados pela Europa inteira. Berlim propôs um referendo para a municipalização de todos os fogos de entidades que tenham mais de 3 mil fogos dentro da cidade, por exemplo, e as rendas têm agora um teto máximo.

E o congelamento das rendas é uma opção viável?

Eu não defendo o congelamento das rendas. O congelamento bloqueia os valores como estão hoje e mantém o desequilíbrio. Eu acho que o Estado deve ser racional e dizer que um T2 em determinada zona não pode custar mais do que tal valor.

A proposta do PS para a renda acessível faz sentido?

Eu acho que havia uma certa aspiração a que todos os senhorios entrassem na renda acessível para beneficiarem dos impostos e assim condicionar o topo da renda, mas não resulta. Nós precisamos de medidas mais robustas e isso na próxima legislatura vai acontecer de certeza.

Há pouco dizia que a luta de classes está muito presente na habitação. Que formas de resistência é que são possíveis hoje, neste contexto?

É preciso termos consciência de que temos a lei toda contra nós. É uma lei que não nos permite fazer muita coisa, isto foi engatilhado para ser assim. Portanto, a primeira coisa que há a fazer é acabar com a lei das

rendas. Tem que ser feita uma lei das rendas que seja compatível com a realidade atual. É preciso criar algo que seja socialmente estruturante. Eu acho que falta o que é realmente importante, que se desaprendeu a fazer em Portugal, que é um mercado de habitação não especulativo, o mercado cooperativo. É um mercado onde as pessoas sabem que investem, mas sa-

“É preciso criar algo que seja socialmente estruturante. Eu acho que falta o que é realmente importante, que se desaprendeu a fazer em Portugal, que é um mercado de habitação não especulativo, o mercado cooperativo.”

bem que não estão sujeitas ao valor do mercado, põem lá dinheiro, pagam uma renda que sabem quanto é e quando saem, saem com o dinheiro que puseram para outros entrarem com o mesmo valor. No caso do mercado cooperativo, se houver um grande boom de mercado, a valorização é coletiva, a absorção dessa mais-valia é para a cooperativa ou para o Estado, se for feita pelo setor público.

Como é que se avança com uma proposta dessas numa cidade como Lisboa?

Eu acho que há movimento popular para aí virado e é importante começar não só por manter esse foco de resistência. Ainda que a resistência legal nos seja muito difícil, com uma lei muito mais contrária à resistência do que em Espanha. Cá, se as pessoas resistirem a um despejo, no mês seguinte pagam duas vezes a renda que pagavam antes. Estamos a falar de um cenário que é extremamente difícil, perigoso e preocupante para as pessoas que tentam resistir. Portanto, eu acho que é muito importante trabalhar a outra questão, a exigência do regresso de um movimento cooperativo forte retomando a essência do que é o cooperativismo. Retomando a ideia de que a habitação não é para ser vista como mercadoria, mas antes como um direito básico. Ou seja, a tentativa de organizar esse esforço coletivo é particularmente importante. Senão nós temos resistência, resistência e mais resistência mas a cidade continua a esvaziar-se e, amanhã, aquele que está a resistir ali à porta tem que se ir embora da cidade. Esta é uma luta muito difícil.

Para além das pessoas, também desaparecem associações e coletividades.

É enorme a quantidade de despejos de casas que tinham um papel social importantíssimo. Sobretudo, as coletividades e as casas regionais.

O que é que isso significa socialmente?

Significa uma total descaracterização da cidade do séc XX. Há coisas que já não se vão conseguir repor. É uma história do operariado que Lisboa está a destruir sem a escrever e isso preocupa-me.

MARTIM MONIZ

Contestação da população faz recuar projeto da CML



Solução enfrentou forte contestação de moradores e associações locais.

O projeto de requalificação do Martim Moniz, em Lisboa, que previa a construção de estabelecimentos comerciais em contentores, não vai avançar, confirmou o presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina.

De acordo com a Lusa, o líder do executivo municipal deu conta da “decisão de não avançar com o projeto que tinha sido apresentado e de se iniciar um processo de concurso de ideias” para a “reconfiguração da praça do Martim Moniz” na reunião pública da autarquia, que decorreu nos Paços do Concelho.

Fernando Medina (PS) assumiu que “por detrás do

debate” levado a cabo nos últimos meses, que esteve marcado pelas críticas dos moradores e autarcas, “está uma preocupação legítima e profunda com a cidade, que é o facto de a cidade de Lisboa se ter alterado muito nos últimos anos” e a Baixa lisboeta se ter transformado “num espaço de pressão turística”.

O autarca sublinhou que, “ao longo destes últimos meses”, o executivo tem procurado uma “solução que sirva bem a cidade de Lisboa”, adiantando que tem havido um diálogo com o promotor e que não vai haver “uma rescisão unilateral do contrato” de concessão da

Praça do Martim Moniz com a empresa Moonbrigade.

Relativamente às compensações financeiras a pagar pelo município, Fernando Medina disse que ainda não é possível quantificar e que em setembro essa questão será tornada pública.

O autarca recordou que a decisão da câmara “não tinha sido feita sobre uma folha em branco”, uma vez que existe um contrato de concessão em vigor e a autarquia não tinha “uma liberdade total” de adequação do projeto, “se não num quadro de um custo financeiro de grande significado para a cidade de Lisboa”.

O presidente da autarquia adiantou ainda que, para já, vão ser retirados os tapumes e a praça do Martim Moniz vai ficar tal como estava.

Segundo a Lusa, BE, PCP, CDS-PP e PSD saudaram, na reunião, a decisão do executivo liderado pelo PS.

O vereador centrista João Gonçalves Pereira referiu que era “importante” que todas as forças políticas tivessem acesso ao parecer jurídico sobre o projeto, enquanto a eleita do PCP Ana Jara defendeu que esta é uma “notícia muito positiva” para a cidade.

Manuel Grilo, do BE, considerou que “há sempre alternativas”, saudando as iniciativas dos cidadãos contra o projeto.

Por seu turno, o eleito do PSD João Pedro Costa realçou que a “maioria dos lisboetas não se revia no projeto dos contentores”, recordando que o seu partido apresentou uma proposta, que não chegou a ser votada, para fosse lançado um concurso internacional de ideias sobre o projeto.

A proposta, que previa a instalação de cerca de 30 a 50 espaços comerciais em contentores revestidos, foi muito criticado por moradores e autarcas da capital, tendo inclusivamente criado um movimento que exigia um jardim para aquele espaço.

O Movimento Jardim Martim Moniz, criado contra o projeto que previa estabelecimentos comerciais em contentores, em Lisboa, congratulou-se também com a decisão do presidente da câmara de não avançar com o projeto.



noventa e oito por cento...

Se o direito à saúde é constitucional, o Estado garante-o e constrói hospitais e forma médicos, enfermeiros e todos os outros técnicos necessários.

Se o direito à educação é constitucional, o Estado constrói escolas de todos os graus e garante o seu funcionamento.

Se a proteção civil é fundamental como garante de vida para todos nós, o Estado tem a obrigação de instalar sistemas de segurança e construir as infraestruturas necessárias.

E tudo isto em benefício de todos e sem lhes perguntar quanto ganham ou quem se responsabiliza pelo pagamento.

Se o direito à circulação de pessoas e bens é fundamental para a vida de um país, o Estado (e aqui se inclui o Poder Central, o Poder Local e o conjunto da sociedade) constrói rodovias e ferrovias, portos e aeroportos, normaliza e fiscaliza o seu uso e, inclusivamente, tabela os serviços de transportes públicos privados, como por exemplo os táxis.

Se o Estado reconhece o abastecimento alimentar como garantia de saúde pública e bem-estar da população, regulamenta essa atividade na indústria agroalimentar, em feiras e mercados, em restaurantes e lojas e para isso criou um corpo especial de fiscalização com competências que vão até à repressão de preços especulativos.

Então apetece perguntar: porque é que o Estado não encara o Direito à Habitação, que também é um direito constitucional, da mesma forma como o direito à saúde, à educação, à circulação, à segurança alimentar e à qualidade ambiental e perante a situação em que se encontra hoje o problema da habitação estimula a iniciativa privada e permite que seja o mercado a ditar o valor das rendas.

Anda a especulação à solta, sem controle nem contingência na produção nem relação coerente entre a

qualidade do que é arrendado e a renda que é exigida.

Dizem as estatísticas que 98% da habitação que se constrói no país provém do setor privado e 2% do setor público (com qualidade, custos e distribuição da responsabilidade estatal).

Aqui chegados convida-se o leitor a acompanhar-nos num breve exercício de ficção política: imagine-se que 98% dos hospitais do país eram privados; 98% das escolas do país eram privadas; 98% das estradas do país eram privadas; em 98% dos transportes públicos do país os preços eram liberalizados; 98% dos alimentos consumidos no país não estariam sujeitos a qualquer controle de preço e qualidade; 98% das indústrias poluentes do país poderiam lançar nos ares e nas águas tudo o que entendessem...

Longe vá o agouro.

Porque a verdade é esta: desde o tugúrio à mansão tudo é lançado no mercado com o senhorio a puxar pela renda máxima e o inquilino enredado na taxa de esforço.

Talvez a consciência deste estado de coisas conduza a esferográfica dos eleitores no próximo ato eleitoral para o quadrado da força política que no seu programa inscreva maior verba para alojamento do maior número porque, em resumo, mais casas só com mais Estado.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosMais vale tarde
do que nunca

Foi anunciado pelo ministro da tutela que iriam ser investidos 45 milhões de euros na recuperação do material circulante da CP, que para o viabilizar seriam contratados trabalhadores para a EMEF (empresa da CP que faz a manutenção e reparação dos comboios) e para a CP, para melhorar a qualidade do serviço.

As medidas anunciadas vêm sendo reclamadas há anos quer pelos trabalhadores das empresas, quer pelas pelos utentes, através das suas organizações. Tardaram, ficam muito aquém do necessário, mas são bem-vindas.

Outro anúncio foi o regresso da EMEF à CP, de onde nunca devia ter sido desmembrada, opção sempre contestada pelos trabalhadores e reivindicada a reversão da medida desde o primeiro momento.

Desde 1993, ano da autonomização, a empresa foi sendo colocada ao serviço dos interesses privados, que se foram apropriando de áreas de atividade.

Embora muito mutilada, será bom que se criem condições para a EMEF voltar a estar verdadeiramente ao serviço do sistema ferroviário, que é dizer ao serviço dos utentes dos caminhos de ferro.

Resumindo, as medidas anunciadas, há muito reivindicadas, poderão abrir caminho a alterações positivas nos serviços prestados pela CP.

No entanto, a experiência impede-nos de grandes euforias.

Anúncios de admissão de trabalhadores, não só para o setor ferroviário, mas também para outras empresas do setor de transportes que nunca se concretizaram, são várias.

Os 45 milhões para recuperar comboios recorda-nos os muitos investimentos anunciados e que ficaram pelo caminho.

Neste caso não são apenas os chumbos do Ministério das Finanças, são anúncios em cima das eleições de iniciativas que não serão concretizáveis no intervalo de tempo disponível.

Quanto ao regresso da EMEF à CP, está anunciado para depois das eleições, ou seja, até lá será apenas uma promessa e para alguns, como sabemos, promessas são levadas pelo vento.

No título destas notas dizemos que mais vale tarde do que nunca, mas esperemos que seja.

Rego Mendes

MOBILIDADE



O Metro é um transporte vital na Área Metropolitana de Lisboa

AR recomenda expansão
do Metro até Loures

O PS foi o único partido a abster-se, isoladamente, na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, no estudo da expansão do metro até Loures que recomendava também a suspensão da linha circular. O documento que foi aprovado resultou dos projetos de resolução do PEV, PCP, PSD e BE e recomenda ao governo o “efetivo investimento no Metropolitano de Lisboa e um plano de expansão que sirva verdadeiramente as populações, com a suspensão do projeto de expansão da Linha Circular”. Os deputados reivindicam ainda que a elaboração do plano de expansão constitua um processo “democrático, participado e amplamente debatido”, em particular pela Área Metropolitana de Lisboa (AML) e pelas autarquias, estabelecendo previamente um conjunto de medidas, a começar pela suspensão da construção da linha circular do Metro. No documento, recomenda-se ao Metropolitano de Lisboa a realização dos estudos técnicos e económicos necessários com vista à sua “expansão prioritária para o con-

celho de Loures”. Além destes, os deputados concluem sobre a necessidade de se efectuar um estudo técnico e de viabilidade económica, com vista a uma avaliação comparativa entre a expansão do Metro até Alcântara e a linha circular, a par de um estudo global de mobilidade na AML.

Para a concretização destas medidas, a resolução identifica um conjunto de opções que devem ser tomadas, encabeçadas pela contratação «urgente» dos trabalhadores em falta para um bom funcionamento do metropolitano e, entre outras, a reposição dos materiais necessários à manutenção e reparação, tanto do material circulante como dos equipamentos.

Contactado pela agência Lusa, o presidente da Câmara Municipal de Loures, Bernardino Soares (CDU), manifestou-se otimista com o alargamento até ao município, dado o “consenso em torno desta matéria”. O autarca reiterou, ainda, que a concretização desta expansão depende da vontade do Governo.

MOBILIDADE

PS e BE impedem
suspensão da linha circular

Apesar do voto favorável do BE e da abstenção do PS à suspensão do projeto da linha circular, na Assembleia da República, os dois partidos impediram, pela terceira vez, a paralisação do plano na Câmara Municipal de Lisboa. Num artigo de opinião assinado no Público a 9 de julho, o vereador bloquista Manuel Grilo, destacava como algo positivo nenhum partido ter votado contra a suspensão da linha circular e apontou o dedo ao PS pela contradição de se abster no parlamento quando votou contra a paralisação

do projeto no executivo camarário. No dia 13, Catarina Martins, coordenadora do BE, afirmava à Lusa a linha circular “não tem sentido”. Mas no dia 25 o PCP apresentou pela terceira vez uma moção para suspender a linha circular na reunião de vereadores e o BE absteve-se, uma vez mais, impedindo com o seu voto que o documento fosse aprovado. Mais surpreendente foi o sentido de voto favorável do BE a uma moção do PS no mesmo dia que apresentava a linha circular como prioritária.

TRABALHO

Revisão da legislação laboral retira direitos



Nova lei laboral abre caminho a mais precariedade

Uma mancha vermelha encheu as galerias da Assembleia da República para protestar contra a aprovação da revisão da legislação laboral proposta pelo PS com o apoio do PSD e CDS-PP. “A aprovação da proposta de lei do governo PS que revê a legislação laboral constitui um atentado aos direitos dos trabalhadores e uma afronta grosseira à Constituição da República Portuguesa”, declarou a CGTP num comunicado. A central sindical afirmou ainda que foi “uma atitude inadmissível” destes três partidos e recordou que teve a “ignóbil colaboração da UGT para fazer a prova de vida de uma política que favorece o enriquecimento rápido de alguns à custa do aumento da exploração de muitos”.

A imagem dos sindicalistas a abandonarem o hemicycle de punho erguido, sob as ordens da presidência do parlamento, marcou a votação de um pacote legislativo que já tinha sido contestado nas ruas a 10 de julho numa manifestação nacional convocada pela CGTP que juntou milhares de trabalhadores. No protesto que partiu da Praça da Figueira para a Assembleia da República, o secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, anunciou que ia pedir uma reunião com o Presidente da República para reclamar a inconstitucionalidade da lei quando o diploma chegar a Belém.

A discussão das alterações à legislação laboral não foi isenta de polémica com o volte-face do PS à última hora a chumbar propostas apresentadas pelo PCP e pelo BE que permitiriam introduzir melhorias nos regimes do trabalho noturno e por turnos e, por outro lado, dar melhores condições aos trabalhadores para contestar o despedimento. Em matéria de despedimento, as propostas do PCP e do BE iam ainda no sentido da eliminação do artigo que presume que um trabalhador aceita o despedimento, quando recebe ou

quando o empregador coloca à sua disposição a totalidade da indemnização a que tem direito. O PS que se tinha mostrado favorável a estas propostas na generalidade, há cerca de um ano, inverteu a sua posição, juntando-se ao PSD e ao CDS-PP, uma vez mais.

O pagamento de uma taxa contributiva adicional para a Segurança Social por parte das empresas que revelem um recurso excessivo de contratação a termo é outra das decisões que representou um recuo em matéria de direitos laborais. A taxa será aplicada quando as empresas ultrapassarem a média de contratos a termo prevista em cada setor normalizando assim a precariedade, acusa a CGTP e o PCP. Esta medida foi aprovada também pelo BE para além de PS, PSD, CDS-PP e PAN.

A VOZ dos livros



O Mundo que Vivi, Depoimentos de Arnaldo Trindade, Jorge Sarabando, José Luís Borges Coelho, Júlio Cardoso, Laura Soutinho e Vítor Ranita

Este livro é a sùmula de um ciclo de colóquios/debate, com o título *O Mundo que Vivi*, que a Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto (AJHLP) organizou com a participação de um grupo de personalidades de diversas áreas sociais, políticas e culturais, homens e mulheres de combate e resistência, que participaram, cada qual a seu modo, na grande festa colectiva que foi *esse dia dos prodígios*, ajudando a transformar o país, a libertá-lo, a torná-lo mais justo e livre. Personalidades que trouxeram a estas conversas, as suas singulares experiências de vida, de resistência, de trabalho e luta.

A AJHLP pretendeu, com este salutar projecto, fazer um balanço, a partir de memórias individuais, de parte do século XX português, através do testemunho de «onze convidados [que] falaram do seu mundo, de suas lutas, dos seus sonhos, da sua infância – essa foz onde tudo nasce e voltamos sempre à medida que dela nos afastamos», diz-nos Francisco Duarte Mangas na introdução deste 1.º volume.

Num século enfeudado ao desvario tecnológico, que exhibe um vertiginoso alheamento da nossa história recente, tempo em que parece existir uma sombria amnésia cívica e cultural, que reflecte a incapacidade de reflectirmos sobre o nosso passado recente utilizando a memória como matéria funcional de debate e alerta, que torne possível a descodificação dos sinais perturbadores que começam a tolher, em sobressalto, os dias avaros que vivemos, livros como este *O Mundo Que Vivi*, cumprem uma função de extrema importância, dado que trazem para a confusão geral a voz assertiva e lúcida dos que sabem, de experiência feita, que a Liberdade precisa de cuidados, de empenho, de permanente vigília: nada está conquistado para sempre!

Seis testemunhos fundamentais percorrem este livro: Arnaldo Trindade que criou, através da etiqueta Orfeu, os discos maiores da nossa música popular: Zeca, Adriano, Fausto, Sérgio Godinho, entre tantos outros; Jorge Sarabando, activista político, homem da escrita e resistente, que viveu o júbilo dos dias de Abril, mas afirma *que ainda há muito nevoeiro por aí*; José Luís Borges Coelho, músico, professor, resistente antifascista, homem de palavra(s); Júlio Cardoso, actor, director da *Seiva Trupe*, diz-nos que *O Teatro tem cada vez mais futuro*; Laura Soutinho, que viveu um tempo de luta e de transgressão; Vítor Ranita que foi *defender Angola* e regressou *anti-colonialista*.

Um livro de testemunhos que acertam a memória com as urgências do nosso tempo.

Domingos Lobo

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa

Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa

T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

LEGISLATIVAS 2019

PS faz promessas eleitorais com propostas que rejeitou nesta legislatura



O programa eleitoral do PS inclui várias propostas idênticas a outras que os partidos à sua esquerda apresentaram durante a legislatura e que os socialistas chumbaram, noticiou o Público. Do IRS às creches, o PS negou aquilo que agora promete na campanha eleitoral para as eleições legislativas. De acordo com o jornal, no âmbito do englobamento do IRS, o partido liderado por António Costa propõe “caminhar no sentido do englobamento dos diversos tipos de rendimentos em sede de IRS, eliminando as diferenças entre taxas”. Durante as negociações do Orçamento do Estado, em 2018, o PS opôs-se a uma proposta neste mesmo sentido apresentada pelo PCP.

Agora PS já apoia as creches

Dois anos antes, em 2016, o PS foi o único partido a votar contra todos os pontos de uma proposta de resolução apresentada pelo PCP que pedia um levantamento exaustivo das necessidades existentes de creches em todo o país e a criação de “uma rede pública de creches, considerando o recurso a fundos comunitários para a sua concretização e calendarizando a sua concretização” e em conjunto com os municípios. Para as eleições deste ano, o PS apresenta, no seu programa eleitoral, propostas como “investimento na rede de equipamentos sociais de apoio à infância, nomeadamente creches e jardins-de-infância”, criação de cheque-creche a partir do segundo filho, “promover, em parceria e com o envolvimento de diferentes actores, incluindo os municípios, um programa de alargamento das respostas sociais de apoio à família, em particular para a infância e com especial incidência nas áreas metropolitanas, onde a cobertura da rede tem maiores fragilidades, designadamente estimulando o alargamento da rede de creches”, entre outras.

Julgados de paz no programa do PS

Também em relação aos julgados de paz, o programa eleitoral do PS promete “reforçar significativamente, até ao final da legislatura, o número de julgados de paz, em parceria com autarquias, comunidades intermunicipais e outras entidades públicas, alargando as suas competências e criando também julgados de paz especializados, a funcionar de forma desmaterializada, designadamente em questões de regulação do poder paternal, condomínio e vizinhança”. Mas, de acordo com o Público, o projeto de lei do PCP entregue em março de 2018 tinha objetivos semelhantes e ficou em *standby* no Parlamento, nunca tendo sido levado a votação final.

Desigualdade salarial

Leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial é outra das contradições que, segundo a investigação do Público, corresponde a uma proposta apresentada pelo BE em setembro do ano passado, chumbada pelo PS que agora a apresenta no programa eleitoral. Então, o argumento de Carlos César era o de que tal matéria deveria ser levada primeiro à Concertação Social. No programa eleitoral, o PS propõe agora passos concretos como “desenvolver uma política de combate às excessivas desigualdades salariais, através de estímulos concretos à melhoria dos leques salariais de cada empresa a partir da referência do indicador de desigualdade S80/S20, quer penalizando, no plano fiscal e contributivo, as empresas com leques salariais acima do limiar definido e, pelo contrário, beneficiando as que tiverem uma trajetória positiva em contexto de valorização salarial, quer ponderando a limitação de elegibilidade como custo fiscal

dos salários de cada empresa que se situem significativamente acima deste indicador de desigualdade”.

Vagas para médicos

Já no que diz respeito ao acesso à especialidade dos médicos, o PS volta a prometer o que não permitiu que fosse aprovado durante esta legislatura. Em 2016, a proposta do BE para garantir vaga a todos os médicos que quisessem aceder à especialidade foi chumbada no Parlamento: PSD e CDS votaram contra e como o PS se absteve os votos foram insuficientes. Na semana passada, António Costa criticou a Ordem dos Médicos por vedar o acesso à profissão. É obrigatório dotar Portugal com os recursos humanos necessários “e não utilizar as competências que existem para práticas restritivas da concorrência e limitar o acesso à formação com qualidade e exigência”, disse o primeiro-ministro numa visita a unidades de saúde de Sintra e Amadora. Caso contrário, advertiu, o país ficará com enormes carências para satisfazer as necessidades da sua população. O programa eleitoral do PS, contudo, não é claro a este respeito.

O Público cita o programa eleitoral do partido de António Costa em relação à avaliação do impacto da pobreza. O PS promete “consolidar e desenvolver a experiência, já em curso, de avaliação do impacto das leis quanto ao combate à pobreza (poverty proofing), consagrando a obrigatoriedade de avaliação fundamentada das medidas de política e dos orçamentos na ótica dos impactos sobre a pobreza”. Mas chumbou um projeto do BE que pretendia estabelecer “o regime jurídico aplicável à avaliação de impacto dos actos normativos na produção, manutenção, agravamento ou na diminuição e erradicação da pobreza”, ou seja, a criação de mecanismos de “poverty proofing”.

UNIÃO EUROPEIA



Refugiados em desespero no Mediterrâneo

Uma união naufragada

Não se sabe ao certo quem é o autor do proverbial cinismo “a morte de um homem é uma tragédia, a de um milhão é só uma estatística”, mas a sua força, e recorrência, não reside no nome de quem a disse, mas sim na vasta lista de candidatos a poder tê-la dito. Desde 2016, 15 mil pessoas afogaram-se no Mediterrâneo sob o olhar plácido e indiferente da União Europeia: só uma estatística para o capitalismo, 15 000 tragédias para a humanidade.

António Santos

A última tragédia aconteceu no dia 25, a 70 milhas ao largo de Khoms, na Líbia devastada pela guerra imperialista. Uma embarcação em que viajavam quase 300 pessoas virou-se em rota para Itália, fazendo mais de 150 mortos. No telejornal das 8, na RTP, esta “estatística” mereceu exactamente 110 segundos de preocupação jornalística, em contraste com os quatro minutos a seguir dedicados à “dieta paleo”. Fora do telejornal ficaram, por exemplo, as funestas declarações que Sabah Yousef, uma sobrevivente que perdeu o filho de sete anos no naufrágio, fez à Reuters: “Ninguém nos ajudou. Os europeus ficaram a ver-nos morrer. Agora não quero nada a não ser voltar para o meu país, o Sudão, e morrer lá”.

Mas nem o último desejo de Sabah se afigura fácil. A UE não se limita a não prestar o obrigatório auxílio aos refugiados que todos os dias morrem na travessia mediterrânica, violando

impunemente vários tratados internacionais como a Convenção para a Lei do Mar, a Convenção para o Tráfego Marítimo ou a Convenção de Busca e Salvamento Marítimo. A UE não se limita tampouco, de forma pública e reiterada, a permitir a criminalização das organizações e dos indivíduos que prestam esse auxílio, de que é exemplo a prisão de Carola Rackete, a capitã do Sea Watch 3. A UE arquitetou, financia e serve-se de uma extensa rede de campos de concentração fora da Europa para onde são atirados os refugiados. É em Tajoura, um destes campos de concentração, que Sabah e outros 83 sobreviventes do naufrágio estão detidos indefinidamente em condições sub-humanas, sem qualquer tipo de acusação ou apoio jurídico. Recorde-se que foi no campo de concentração de Tajoura que, há poucas semanas, morreram mais de 50 refugiados num bombardeamento. Segundo a ONU, nestes campos financiados com os nossos impostos, é comum toda a espécie de atropelos dos direitos humanos,

incluindo violações, torturas, venda de escravos e assassinatos.

A respeito destas “estatísticas”, as diferenças de posição entre Salvini, Boris Johnson, Macron e Orbán são, elas próprias, de natureza meramente estatística. Arremessando taticamente os números dos acolhimentos uns, jogando demagogicamente com os sentimentos xenófobos outros, todos estão de acordo com a ideia da «Europa Fortaleza» encarnada pela Operação Tritão. Desde que a UE pôs em marcha esta operação militar com um custo de 120 milhões de euros anuais, o número de mortos no Mediterrâneo aumentou 1600%. A filosofia da Operação Tritão expressa um consenso entre os líderes da UE: militarizar o mar, desencorajar e impedir a entrada de refugiados, financiando a sua detenção em campos de concentração na Líbia e na Turquia. Trata-se de uma visão cujos propósitos vão muito mais além do que a frenagem do fluxo de refugiados e imigrantes e encerra uma estratégia de recolonização de África.

Uma das pedras angulares desta estratégia foi colocada em Valleta, Malta, em 2015. Nesta cimeira, os líderes da UE e vários dos seus homólogos africanos assinaram um Plano de Acção que, no seu quarto ponto, prevê a “colaboração militar” para “deter a imigração ilegal”. Na esteira desta cimeira, a UE multiplicou exponencialmente o treino, o financiamento e o armamento das forças armadas de vários Estados africanos, incluindo o Sudão, país submerso numa espiral de violência e terceiro principal país de origem de refugiados. Em Cartum, por exemplo, está actualmente a ser instalado, com fundos europeus, o ROCK, ou Centro Regional de Operações, com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta militar do regime sudanês.

A chamada “crise dos refugiados” está a permitir que a UE, a pretexto do reforço da capacidade dos Estados africanos para fazerem frente à insegurança e ao tráfico de seres humanos, estabeleça relações neocoloniais de dependência com esses Estados. Frequentemente, e o Sudão é disso um bom exemplo, o fortalecimento da capacidade bélica destes regimes apenas contribui para alastrar a violência e a insegurança, levando a que ainda mais pessoas tenham de fugir, mas permite aos europeus voltar a colocar a sua velha bota em terras africanas.

Segundo a Agência da ONU para os refugiados, em 2019 o mundo conheceu o maior número de pessoas deslocadas desde que há registos. No total, mais de 71 milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar as suas casas. Sendo que, deste número, apenas 25 milhões são oficialmente reconhecidos como “refugiados”, o recorde traduz um preocupante recrudescimento da insegurança, da fome e da guerra no mundo. E a UE, embora ficando atrás da Turquia e do Paquistão no número de refugiados acolhidos, guarda para si a fatia de leão da responsabilidade pela existência de refugiados.

A UE participou na criação da guerra na Síria, emissor número um de refugiados do mundo, contribuiu para invadir o Afeganistão, que ocupa o segundo lugar da lista, arma o regime sudanês, que ocupa o terceiro lugar, e inventou uma guerra na Líbia, principal organizador das redes de tráfico humano para a Europa. E se a União Europeia é a mãe da crise dos refugiados, não faz falta um teste de paternidade para saber que o regime dos EUA é o pai.

Nenhum império ou qualquer outra forma de grande construção política colapsa sem antes dar sinais de podridão. A complacente indiferença da União Europeia perante as estatísticas dos naufragados não é portanto só um sintoma do seu próprio naufrágio moral, é um aviso à aproximação do seu prazo de validade política.

LITERATURA

Leituras para o Verão

As listas de leituras para o verão são um clássico do qual não queremos abdicar. Este ano, debruçamo-nos sobretudo sobre ficção, mas não esquecemos os nossos leitores mais novos; naturalmente que todas as sugestões para crianças são igualmente indicadas para adultos mais desenvolvidos. Boas leituras!

Eliete,**Dulce Maria Cardoso, *Tinta da China***

A extraordinária prosa de Dulce Maria Cardoso está de regresso, sete anos após o seu último romance (Prémio Especial da Crítica; Livro do Ano dos jornais Público e Expresso). Eliete (que terá sequência) relata-nos a vida comum da personagem com o mesmo nome, que se encontra a meio da vida, numa suspensão inquietante, que a banalidade dos dias parece não querer deixar adivinhar. Mas Eliete tem uma história e está prestes a descobrir a parte encoberta – um vendaval.

Orlando e o Tambor Mágico,**Alexandra Lucas Coelho, *Alfaguara***

Orlando tem oito anos e não consegue dizer os «eles». A mãe e o pai estão separados mas moram no mesmo bairro de Lisboa, bem como os seus amigos. Nesta segunda aventura da série, Orlando viaja até à Guiné-Bissau com o pai e descobre que as árvores também falam e que há tambores mágicos que vêm das árvores. Esta aventura é inspirada numa viagem que Alexandra Lucas Coelho fez à Guiné-Bissau na altura do 25 de Abril.

A Ilíada de Homero Adaptada para Jovens,**Frederico Lourenço, *Quetzal***

Como escreve o próprio Frederico Lourenço, *Ilíada* «propõe uma circunstância redentora para a vida humana: levarmos os nossos objetivos até ao fim, custe o que custar, doa a quem doer, e nunca abdicarmos do bem supremo pelo qual devemos lutar com unhas e dentes (ou, melhor

dizendo, lanças e espadas): a nossa própria autoestima». Esta é uma excelente oportunidade para aproximar os leitores mais novos do universo clássico.

Maré Alta,**Pedro Vieira, *Companhia das Letras***

“Num romance sem heróis, onde todos lutam, sobrevivem e morrem a tentar ser livres, é possível, embora vão, tentar destrinçar, no meio do medo e da culpa, onde acaba a ficção e começa a realidade. E se, por vezes, a intimidade da escrita nos aproxima de acontecimentos distantes, noutros, é a frieza da narrativa que resguarda momentos de grande profundidade. Maré alta é um retrato cru e épico do Portugal do século XX e de quem o viveu, no limiar onde a esperança, o sonho e a memória se confundem e perdem na sucessão de marés.”

O Banquete,**Platão, *Tinta da China***

O enredo da discussão sobre Eros no *Banquete* é um dos fundamentos da cultura ocidental, que, mesmo temperada pelo elemento judaico-cristão, em muitos aspectos mais oriental, permanece assente no solo greco-latino. A intervenção de Sócrates (e, sejamos justos, de todos os outros convivas) interpretando Eros como uma relação, uma carência, um desejo, entrou no discurso sobre o amor, que é um dos discursos com maior continuidade da nossa história cultural e filosófica, e chegou mesmo à mais vulgar conversação e escrita. — *Prefácio*, José Pacheco Pereira.

**As Palavras que Fugiram do Dicionário,****Sandro William Junqueira, Editorial Caminho**

Vencedor do prémio da SPA para melhor obra literária infanto-juvenil, este é um livro onde se inventam palavras! “O dicionário é a casa onde moram palavras. As que limpam as janelas, as que gostam de beber café, as que trazem correntes de ar, as que fazem de lanterna no escuro, as que têm os pés pequenos, as que frequentam as árvores, as que pulam como sapos. Entre as finas paredes do dicionário podemos admirá-las. Investigar o que fazem elas da vida. Este livro vai atrás dessas que nunca se deixam apanhar. Não para as prender. (Como se isso fosse possível?) Somente para lhes tirar um retrato.”

Sugestões culturais:

**Ciclo de cinema ao ar livre
Casa da Achada**

Não é exclusivo do mês de agosto, mas com as noites quentes, os filmes ao ar livre, no pátio em frente à Casa da Achada, têm outro encanto. As sessões acontecem segundas-feiras, às 21h30; são antecedidas de apresentação e precedidas de discussão. Em agosto serão exibidos: Fim-de-semana, de Jean Luc Godard (5/6); O Feiticeiro de Oz, de Victor Fleming (12/6), Treblinka, de Sérgio Trefaut (19/6), Laços Eternos, de André Delvaux (26/6). A entrada é gratuita.

**Jazz em Agosto
1 a 11 de agosto**

“Música para que tudo não fique na mesma. Para que a mudança aconteça”. É este o mote da 36.ª edição do festival da Fundação Calouste Gulbenkian. Buscando as raízes de contestação social e de comprometimento com a dignificação da existência, a programação traz nomes como o guitarrista Marc Ribot, que reuniu um conjunto de canções que batizou de Songs of Resistance e ainda Heroes Are Gang Leaders, Burning Ghosts, Nicole Mitchell ou Ambrose Akinmusire, entre outros. Programação completa no site da instituição.

**Visita ao Aqueduto das águas livres
Mediante marcação prévia**

O Museu da Água (Epal) organiza visitas guiadas a esta ímpar obra de engenharia e arquitetura. O Aqueduto foi construído no século XVIII para resolver o problema de abastecimento de água à cidade de Lisboa, tendo sido a maior obra de engenharia hidráulica do mundo feita na época. Entrada livre até aos 13 anos.

**Cyrillo e as “Metamorfoses”,
de Ovídio, até 29 setembro**

No Museu Nacional de Arte Antiga – Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823) ilustrou várias passagens das Metamorfoses de Ovídio. Estes desenhos foram incorporados no Museu no início do século xx, provenientes da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, onde tinham entrado em altura indeterminada do século xix, sem terem sido inventariados como uma série. A ideia recente de se tratar de uma série homogénea apenas emergiu após ter sido feita a correta identificação dos diversos temas.”

vozoperario.pt/jornal

A Voz do Operário com página na internet

Com orgulho no seu passado e com os pés bem assentes no chão do presente, *A Voz do Operário* acaba de lançar a sua edição mensal também na internet. Com o objetivo de fazer chegar mais longe os seus conteúdos, o jornal passa a estar online em <http://www.vozoperario.pt/jornal>.

Chegar mais longe, chegar a mais gente

Abrir as páginas d'*A Voz do Operário* é um gesto repetido por muitos milhares há quase 140 anos. Atualmente, são muitos os que mensalmente recebem o jornal em casa em todo o país e são muitos os que o lêem nos diferentes espaços da instituição. Para além da edição digital, *A Voz do Operário* pretende que mais gente se junte a este projeto e caminhe conosco neste trilho iniciado em 1879. Subscrever este jornal não é apenas assinar uma publicação. É apoiar uma ferramenta cada

vez mais necessária diante dos perigos que espreitam e é ajudar-nos a sustentar um projeto que deve ter como principal fonte de financiamento os trabalhadores a quem damos voz.

O antídoto para a mentira é ir onde outros não vão. Não estando refém de grupos económicos e financeiros, *A Voz do Operário* dedica-se a retratar as realidade que habitualmente não têm espaço na maioria dos jornais. Artigos, reportagens, entrevistas e crónicas que retratam a vida de quem trabalha são a coluna vertebral desta publicação. Das lutas sindicais à atividade das coletividades, do desporto popular à cultura alternativa, das agressões racistas aos protestos contra as propinas, dos habitantes despejados à degradação dos transportes, das reivindicações das mulheres às lutas dos povos. Esta é a verdade a que temos direito e é este o jornalismo democrático que tem a obrigação de fazer a diferença.

MEMÓRIA

Antifascistas contestam Museu Salazar

O Centro Interpretativo do Estado Novo deverá abrir dentro de três meses no Vimieiro, em Santa Comba Dão, terra onde nasceu o ditador António de Oliveira Salazar, noticiou o *Expresso*. “Este será um local para o estudo da história do Estado Novo. Não um santuário destinado a nacionalistas nem um museu onde se vai diabolizar o estadista de Santa Comba Dão”, afirmou o presidente da câmara de Santa Comba Dão, Leonel Gouveia, ao *Expresso*.

O autarca eleito pelo PS não revelou qual a direção científica do projeto museológico nem os seus responsáveis, aludindo de acordo com o semanário à ligação do centro interpretativo a uma “Rota das Figuras Históricas” que, dissera o responsável há meses à Lusa, é um projeto com uma associação de desenvolvimento local.

Em declarações ao *AbrilAbril*, Domingos Abrantes, resistente antifascista, ex-presos político e conselheiro de Estado, lembrou que este objetivo já está há muito tempo em cima da mesa, por parte dos “saudosistas do fascismo”, acrescentando que o significado da iniciativa não pode ser menorizado. “Está em linha de continuidade com uma ofensiva que se tem vindo a intensificar de branqueamento do fascismo”, alertou.

Rebatendo o argumento de que um museu sobre Salazar possa ser neutro, afirmou que “é difícil imaginar que se possa tratar de um museu com vista ao esclarecimento do povo português e, sobretudo das novas gerações, em relação ao que foi o fascismo, a repressão, o obscurantismo, os assassinatos, durante 48 anos, do qual esta figura, não sendo única, é em grande parte responsável”.

A mesma opinião tem o historiador Manuel Loff que ao jornal *Contacto* considerou ser uma ideia “terrível” e que pode contribuir para criar um local de culto ao di-

tador. Ao *Contacto*, rejeitou as declarações do autarca de Santa Comba Dão e recordou que a democracia se construiu “sobre a rejeição do fascismo”. Defendeu ainda que a haver um espaço deste tipo tem de ter uma leitura crítica sobre o que foi o período da ditadura encabeçada por Salazar recordando que em Espanha as autoridades tentam retirar os restos mortais do ditador Franco do Vale dos Caídos para evitar as homenagens ao fascismo.

A ideia de um museu dedicado a Salazar em Santa Comba foi alvo de um inquérito em 2016 em que a maioria das vítimas do Estado Novo era contra o projeto, revelou também o *Expresso*. José Pedro Soares, ex-presos político, torturado pela polícia fascista em 1973, afirmou ao *Contacto* que é um “choque” esta notícia e que há quem queira “reavivar” o fascismo quando “há gente à espera justamente para fazer romarias como as que se vêem em Espanha”.

O dirigente da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) diz que é “ainda mais chocante” por se tratar de um autarca do PS. “Será que nesse museu vão pôr o nome da Catarina Eufémia, do Humberto Delgado, do Dias Coelho, das pessoas que o Salazar mandou matar? Será que vão pôr lá o nome das pessoas que mandaram torturar?”, questionou. Para José Pedro Soares, a iniciativa “serve para branquear o fascismo e é um insulto não só para os ex-presos políticos mas também para os democratas e antifascistas”.

O projeto autárquico de um museu em torno da figura de Salazar é antigo e já em 2007 mobilizava ativistas antifascistas em abaixo-assinados e petições pela oposição à sua criação. O Ministério da Cultura, então liderado por Isabel Pires de Lima, rejeitava a sua integração na rede nacional de museus.

A Voz do Operário há 100 anos

Os últimos acontecimentos

À hora que escrevemos, no proprio dia d'A Voz do Operario ir para a machina, continúa em grève o pessoal ferro-viario. Por mais diligencias que se tenham feito para solucionar este conflicto, todas estas tentativas teem esbarrado com a intransigencia da Companhia e do governo. A Companhia declara não attender as reclamações do seu pessoal, sem que elle dê entrada no serviço, o que é uma forma pratica de protelar indefinidamente o assumpto. Quanto ao governo, agarra-se ao mesmo bordão, sem querer saber se, no prolongamento d'este conflicto, são prejudicados, não só os operarios em grève, como ainda todo o paiz, na sua vida economica.

De resto, o governo já tornou publico o seu proposito de perseguir todos os *meneurs* de grèves, como se as grèves não fossem a consequencia do mau estar social, da incuria dos governos que se teem colocado de cócoras deante das ambições capitalistas.

Pela nossa parte, como trabalhadores, victimas do mau estar social, enviamos aos grévistas o testemunho do nosso affecto e da nossa sympathia, fazendo votos pelo triumpho da sua causa.

Tivemos na noite de quarta-feira uma arbitrariedade que não podemos deixar em claro. Sob pretextos irrisorios, a União Operaria Nacional e a Federação do Livro e do Jornal eram invadidas pela militança e encerradas, sendo presos todos quantos ali se encontravam, bem como todas as pessoas encontradas n'uma reunião na Rua dos Fanqueiros, promovida pela Juventude Syndicalista. O total das prisões elevou-se a mais de 200. Por esse motivo, foram tambem inhibidos de se publicar os nossos collegas *A Batalha* e o *A'vante*, sobre os quaes já pesa a acção reaccionaria e intolerante da Mesa Censoria.

À hora a que escrevemos, já as associações foram reabertas e alguns dos presos postos em liberdade. Sobre outros, porém, está-se fazendo um apuramento, para saber se são agitadores, crime horripilante que põe os cabellos em pé aos nossos politicos.

Não estranhamos este ataque á organização syndical. Todas as vezes que os democraticos estão no poder, ha d'estas fitas. O que não podemos deixar é de lavar o nosso protesto contra estas arbitrariedades do poder. E aos nossos collegas da imprensa, victimas da odiosa perseguição, o testemunho da nossa solidariedade.

3 de agosto de 1919